

APLICAÇÕES DA PSICOLOGIA NO CAMPO DAS ATIVIDADES ESTATAIS *

(Texto taquígrafico da conferência do Prof. Mira y López, realizada em 18 de setembro de 1952, na Secretaria de Educação e Cultura, e patrocinada pelo Governo do Estado da Bahia (Departamento do Serviço Público.)

Faltaria ao mais elementar dever de gratidão se não expressasse, neste momento, o meu agradecimento e tôda a emoção que sinto ao ver-me honrado com a presença das autoridades e de todo êste público seletto que aqui veio para ouvir-me sôbre um tema que, na realidade, é muito ambicioso. É um tema ambicioso de mais, e não sei se estarei em condições de apresentá-lo com suficiente precisão, a fim de justificar esta reunião. Entretanto, quando fui convidado para pronunciar esta conferência sob o patrocínio do Govêrno da Bahia, pareceu-me que, a tamanha honra, eu precisava de corresponder, oferecendo um tema que pudesse interessar não sômente às autoridades, mas aos altos chefes da administração pública do Estado.

E, dentro dêsse ponto de vista, pareceu-me que expor, hoje, as contribuições que a moderna Psi-

cologia pode dar às atividades estaduais, era a maneira mais adequada de corresponder a tão honroso convite.

Para centralizar o tema, será preciso, antes do mais, fazer algumas afirmações que suponho indiscutíveis. O Estado moderno atingiu tal grau de organização, tal estrutura, que já não é mais possível confiar as suas funções a um grupo de cérebros privilegiados, eleitos pelo voto popular, mas que não são nem podem ser enciclopédicos nos seus conhecimentos. Se o rei da França pôde dizer, um dia, "o Estado sou eu", hoje já ninguém pode dizer o mesmo. O Estado é um aparelho complicadíssimo, composto de centenas de milhares de funcionários, em qualquer país do mundo. Basta dizer, por exemplo, que, nos Estados Unidos, não em tempos de guerra e sim de paz, calcula-se que, de cada 10 adultos, 1 está prestando serviços ao Estado, portanto não é arriscado dizer que se medem por cifras de centenas de milhares ou milhões os elementos que nesse país servem ao funcionalismo do Estado.

Além do mais, o Estado é um aparelho dentro do corpo nacio-

* Publicado com autorização especial do D.A.S.P. do Estado da Bahia.

nal, que cada dia mais se vê na obrigação de intervir nas vidas dos indivíduos que constituem a nação, em aspectos os mais diversos: para a defesa da sua saúde, para a formação de seu espírito, para permitir-lhes uma organização racional da produção, para orientá-los na defesa do patrimônio nacional contra estranhos, para dar-lhes, enfim, uma orientação social. Tudo isso faz com que um Estado, hoje, constitua uma organização complicadíssima e que necessita, dentro de si, de um organismo que oriente, auxilie e ajude os dirigentes na sua complexíssima missão de governar êste Estado que, por sua vez, se não está bem governado, ao invés de ser um auxílio para a relação entre o indivíduo e a sociedade nacional, será um embaraço, uma complicação, de maneira que virá constituir, de fato, um empecilho na vida nacional.

O Estado pode ser comparado ao sistema nervoso, dentro do organismo individual, cuja missão de integração das múltiplas atividades celulares é a mais difícil, a mais complicada. Uma pessoa que tem um desequilíbrio no seu sistema nervoso tarde ou cedo adoce e sofre uma menos valia crescente. Assim, também, uma Nação que tem um Estado que não cumpre as suas funções, tarde ou cedo caminha para a sua desvalorização. Ora, se o Estado é o sistema nervoso do corpo nacional, qual o cérebro dêsse Estado? Qual é, dentro dêsse Estado, o organismo que deve presidir ao desenvolvimento uniforme, equilibrado e justo das múltiplas atividades? Qual é o núcleo dêsse organismo? É o cérebro chefe condutor da Nação? Sem dúvida, o condutor

da Nação, seja um Rei, um Presidente de República, seja, inclusive, um Conselho Colegial, como hoje existe no Uruguai, representa o elemento que, em última instância, deve dirimir as dificuldades nacionais, mas que não pode, de jeito nenhum, sozinho, resolver os inúmeros problemas que, como acabo de dizer, se acumulam no organismo estatal. Então, em todos os países, espontaneamente, no Século XX, têm-se organizado entidades, agrupamentos, corpos consultivos do Estado, que têm recebido nomes diversos. Nos Estados Unidos, por exemplo, o nome é Civil Service Commission; no Brasil, Departamento Administrativo de Serviço Público — DASP. São órgãos consultivos, são órgãos sempre diretamente subordinados ao Poder Executivo e que têm por missão *organizar a organização*, quer dizer, têm por missão controlar a função de integração do Estado, do mesmo modo que o cérebro controla a função principal do sistema nervoso. Êsses órgãos, às vezes oficiais, às vezes officiosos, chamados também "brain trusts", constituídos por "advisers", nos diversos países, estão representados, no Brasil, no Governo Federal pelo DASP; nos Estados, pelos diversos Departamentos de Serviço Público; êsses órgãos são necessários na administração. Administrar e ministrar são a mesma coisa. Ministrar quer dizer o seguinte: obter o máximo rendimento do patrimônio nacional, mediante a sua distribuição, a sua defesa e, se é possível, o seu acréscimo, criando as funções e os órgãos necessários para que êsse patrimônio nacional solidarizado, concentrado em um ideal comum,

chegue ao seu desenvolvimento total. Para isso, para êsse fim é que os Estados se organizam de acôrdo com os diversos ministérios, quer dizer, de acôrdo com as diversas missões, em Departamentos, umas vêzes, chamados Ministérios (e os que regem êsses Ministérios, são então chamados Ministros). Outras vêzes mais modestamente, como no caso dos Governos Estaduais, os chamados Secretários. Na realidade, se fôssemos atender à etimologia, havia razão para chamar "Ministros" e não "Secretários", porque o que fazem, realmente, não é guardar segredos — é o que a palavra secretário quer dizer — e sim ministrar, administrar, fazer a gerência, reger o setor que lhe foi entregue. Pois bem, nessa tarefa administrativa pública, ainda que possa parecer um tanto arriscado o que vou dizer, a *Psicologia Aplicada é a ciência auxiliar mais importante*. Temos uma prova disso na recente Escola Brasileira de Administração Pública, organizada pela Fundação Getúlio Vargas, em combinação com a ONU. Nos programas de formação dos seus Técnicos de Administração, tanto nos cursos regulares como nos de aperfeiçoamento, a Psicologia figura em primeiro lugar, e figura em diversas cadeiras. Ensinam-se ali, Psicologia Geral, Psicologia Aplicada, Exploração e Exame das Personalidades, Psicologia aplicada à nova técnica de relações humanas, Psicologia aplicada a funções do Governo, etc. Não faz, ainda, um mês que terminei, nessa Escola Brasileira de Administração Pública, um Curso de 36 aulas. Dei essas aulas aos técnicos que fizeram o primeiro Curso de Aperfeiçoamento. Pois

bem, uma síntese dêsse Curso, uma exposição panorâmica das matérias que ali foram tratadas é o que venho lhes oferecer, esta noite, nestes quarenta minutos que me restam. Como já disse, o empreendimento é, deveras, ambicioso.

Do ponto de vista psicológico, todos os Estados têm as mesmas funções. Do ponto de vista administrativo e político, o Estado é organizado em um número maior ou menor de Departamentos, chamem-se êles Ministérios ou Secretarias, de acôrdo com as necessidades e, às vêzes, com os compromissos políticos. Na França, os compromissos políticos levam, às vêzes, a aumentar o número de Ministros, súbitamente, em três ou quatro, e quando não se pode mais criar nomes, se lhes dá a denominação de "Ministros sem Pasta".

Evidentemente, tudo isso pode mudar de um para outro regime, mas nada disso altera o que estou dizendo, isto é: psicológicamente, as funções de qualquer Estado são idênticas. "Le nom ne fait pas le chose".

Quais são essas funções? De acôrdo com elas, qualquer que seja o Departamento ou o Ministério que as vá executar, veremos o auxílio que a Psicologia pode dar, a aplicação que a Psicologia pode ter.

Em primeiro lugar, temos que colocar, como função do Estado, o *fazer cumprir a Constituição*, a Carta Magna dada ao país pela vontade soberana dos representantes do povo. Todo Estado democrático, de acôrdo com a frase de Abraham Lincoln, se caracteriza por ser um Governo do povo, para o povo e pelo povo — "of the

people, by the people, for the people”.

Assim sendo, essa função precípua do Estado de salvaguardar não só a letra como o espírito da Constituição, da Carta Magna, que, por assim dizer, é a essência mesma da nacionalidade feita norma, feita código, essa função impõe a todo Estado, antes do mais, uma organização na distribuição da Justiça. Não pode haver, de jeito nenhum, cumprimento de uma Carta Magna qualquer, se não há uma Justiça organizada. Essa Justiça tem que ser de dois tipos: distributiva e retributiva, e aí já temos um ponto fundamental de ataque da psicologia, que é o seguinte: na imensa maioria dos Estados do Mundo, talvez em todos, inclusive hoje, a Justiça estatal, é predominantemente retributiva; não é distributiva. Isso quer dizer, em termos banais, em termos vulgares, que a Justiça só intervém no caso de conflito, de desacato, de descumprimento das normas e, então, intervém em uma função de sanção correção, punição, de restabelecimento do equilíbrio, mas dificilmente a Justiça se organiza, nos diversos Estados, para cumprir a sua missão fundamental, que é a distributiva. Essa missão então não corresponde somente ao aparelho repressor, nem ao aparelho julgador, mas, também, ao imenso aparelho informador e estimulador. A primeira função da Justiça é fazer chegar a todos os lugares do país a compreensão das obrigações de todos os cidadãos, de todos os súditos desse país. Quer dizer: já sabemos que a ignorância das leis não exime o cidadão do seu cumprimento. Sabemos que, quando o indivíduo infringe a lei, não se

exculpa dizendo que ignorava a existência dessa lei. Sob o ponto de vista jurídico, pode ser certo, mas, *sob o ponto de vista moral, não é justo*. Não é justo se poder delinquir por ignorância das leis vigentes e, assim sendo, a organização do aparelho da Justiça deve possuir os recursos necessários para que a maior parte possível dos cidadãos de cada país conheça a legislação vigente, principalmente nos seus pontos fundamentais. Daí, eu perguntaria: que se faz neste sentido? A imensa maioria das leis se publica nos chamados “Diários Oficiais”, organismos ou boletins do Estado que são lidos por uma fração ínfima da população. Resultado: uma enorme quantidade, não da população analfabeta, do interior, mas da população das grandes cidades de qualquer país — não estou falando do Brasil concretamente, estou falando em geral — ignora, realmente, quais os dispositivos legais, e infringe muitas vezes as leis, pela simples ignorância da sua existência. Então, eis aqui uma ajuda importantíssima que a psicologia pode e deve fornecer aos Departamentos encarregados de administrar a Justiça e assegurar o cumprimento das leis: a missão de fazer chegar a todos os lugares do país e a todos os cérebros responsáveis, informações a respeito dos seus direitos e dos seus deveres. É realmente espetacular, fazer-se uma pesquisa a este respeito. É realmente interessante pegar uns tantos cidadãos e perguntar-lhes a respeito de quais as suas obrigações e deveres, por um lado, e quais os seus direitos, por outro lado, em relação a uma série de contactos que eles devem ter com

o Estado. A ignorância mais absoluta se dá em uma infinidade de casos.

É por isso que muita gente, ciente dessa ignorância, tem necessidade, para se proteger, de um advogado a seu serviço ou de contratar intermediários, agentes de diversas categorias, que asseguram suas relações com o Estado. E, assim fazendo, se complica, se encarece, se retarda, imensamente, todo o aparelho administrativo nacional. Portanto, uma das contribuições da Psicologia, na função da Justiça, é, justamente, esta: de permitir lograr o conhecimento das normas, dos deveres e dos direitos dos respectivos cidadãos, naqueles contactos que, forçosamente, têm que manter com o Estado. Outra contribuição será a de *lograr que a administração da Justiça esteja à altura do ideal de Justiça*. São vários os livros nos quais se tem feito crítica à administração da Justiça atual. Dando por suposto que todos são pessoas honestas, o que já é supor muito; dando por suposto, inclusive, que conhecem perfeitamente bem as leis, no entanto, existem *defeitos de organização*, de aparelhagem da Justiça, que fazem, realmente, muito pouco provável que a administração da Justiça, em casos concretos, esteja à altura dos conhecimentos de hoje.

No meu livro sobre Psicologia Judiciária, tenho reunidos êsses pontos fundamentais, e ali está demonstrado que, desde as primeiras fases dos processos judiciais — tanto no Cível como no Criminal — até às últimas, no cumprimento das sentenças, existem inúmeros erros psicológicos. E não poderia ser de outra ma-

neira, pois na Escola de Direito, de onde saem os Advogados e os Juizes, ainda não se conseguiu fazer o preparo psicológico dêsses técnicos. Se alguém sabe Psicologia, é porque estudou espontaneamente; não foi obrigado a isso. Então, pelo menos a justiça estatal, oficial, deve deixar entrar no seu departamento os técnicos de Psicologia, com o objetivo de remodelar a administração da Justiça. Isso está sendo feito nos Estados Unidos, onde há Estados, como o de Nova York, que consomem uma cifra muito volumosa de milhões de dólares, precisamente nessa assistência técnica de tipo psicológico.

Aqui no Brasil temos, de fato, como fenômeno imperioso, o reconhecimento do ensino psicológico nas diversas Faculdades de Direito. E, mais recentemente, nas Escolas Estaduais de Polícia do Rio e de São Paulo têm-se estabelecido Cadeiras de Psicologia.

De outro lado, se castigamos os cidadãos que desobedecem as leis, devemos premiar aquêles que bem cumprem as leis. Mas êsse aspecto, mal administrado, chegaria a um "decaimento" absoluto; exige, para poder ser feito, a colaboração de técnicos especializados.

Ora, outra função precípua de qualquer Estado, é a função de defender e, se possível, aumentar o patrimônio de saúde do país. É a *função sanitária*. Não há organização estadual que não tenha um Ministério, ou Secretaria de Saúde. Às vêzes, essas Secretarias ou Ministérios estão isolados; outras vêzes, ligados a outras funções, mas têm como missão centralizar a defesa da maior riqueza que pode ter o país, a riqueza humana, a saúde dos seus cidadãos.

Essas Secretarias de Saúde, Ministérios de Sanidade, de Higiene Pública, como quisermos, de Bem Estar, precisam também, muito mais do que até agora se tem feito, do concurso dos técnicos de psicologia, porque a saúde pública não se defende fundando ambulatórios, ou hospitais, como muita gente pensa. Os ambulatórios e hospitais em geral *chegam tarde*. Vêm diminuir, em parte, o mal já criado. O ideal de toda a Secretaria de Saúde é que não se precise de construir novos hospitais, de abrir novos ambulatórios; é o ideal profilático, higiênico, e, hoje em dia, a medicina está suficientemente adiantada para poder esperar conseguir isso. Sabemos que enorme quantidade de doenças infecciosas podem, hoje, ser evitadas, mediante a vacinação preventiva. Uma das maiores causas da mortandade, sabemos, são erros de alimentação, ou alimentação defeituosa. Sabemos, também, que o lançamento de uma série de campanhas, de lutas contra os flagelos, que são responsáveis pela imensa quantidade de doenças, como a sífilis, tuberculose, hiponutrição, podem dar resultados, mas essas campanhas, essas lutas têm que ser organizadas psicologicamente. Se um vendedor de meias Nylon, quando quer vender o seu produto, quando quer que a população compre suas meias, vai contratar os serviços de um difusor em publicidade, de um psicologista para fazer que isto que ele vai vender seja aceito, o Estado quando quer sacudir a resistência de uma população, lutar contra a inércia de uma população para conseguir seu entusiasmo em prol da campanha que ele quer empreender, precisa pla-

nificar psicologicamente sua campanha.

O tempo não permite que eu apresente críticas sobre casos concretos de anúncios, cartazes de propaganda, nos quais, às vezes, são gastos milhares de cruzeiros, e que não são compreendidos pela imensa maioria da gente que vai lê-los, nem muito menos senti-los.

Um exemplo típico é o caso da Irlanda. Lá, ainda há gente que recebe à bala o indivíduo que vai fazer a vacinação anti-variólica. E, como nós sabemos, a Irlanda não é um país de analfabetos, nem de selvagens. Entretanto, tem havido sempre uma luta, entre o Governo e o povo, a ver quem é o mais teimoso: se o Governo, querendo impor a vacinação anti-variólica, ou os irlandeses, defendendo-se à base da sua fé religiosa, contra o que eles chamam de intromissão do Governo. Faz cinco anos, dois psicologistas do Instituto de Biologia Aplicada de Londres foram chamados pelo Governo de Dublin, que lhes disse: "Vamos ver se damos um jeito". Em Hollywood, quando os Senhores virem um artista cheio de pintinhas, podem dizer que é irlandês. Mas, daqui a vinte anos, não vão poder dizer isso, porque hoje está em marcha uma campanha que vai fazer, em vinte anos, o que os outros não conseguiram fazer em trezentos anos, porque, hoje, o Governo Irlandês, no seu Departamento de Saúde Pública, tem um técnico em Psicologia que organiza as campanhas em prol da vacina anti-variólica. E se isso é verdade para a saúde física, que diremos da saúde mental? Que diremos do conjunto de normas e princípios que precisamos atender para con-

servar a saúde mental? Nos Estados Unidos gastam-se milhões de dólares pró Higiene Mental, e para isso o Departamento mantém uma equipe de técnicos em Psicologia. Só eles podem fazer com que a agente entenda essas normas, êsses princípios e os cumpram. Não basta saber que uma coisa é útil e necessária; para fazê-la, é preciso vencer forças que em todos nós existem e nos levam ao conservadorismo, à tradição; elas nos levam a repetir, sempre, os nossos erros. Sem a remoção prévia dessas forças, os milhões gastos em campanhas sanitárias serão perdidos.

Além disso, há técnicos em Psicologia, no Departamento de Saúde Pública, também para a seleção do seu pessoal.

Na organização da enfermagem, por exemplo, está se verificando uma coisa terrível: a exigência, em tôda parte, de diplomas superiores para as modernas enfermeiras. Devem ter instrução secundária completa, cursos científicos aprovados, que demonstrem possuírem conhecimentos médicos suficientes, etc. Entretanto, quem é que pode pensar que uma simples soma de conhecimentos faz uma enfermeira? Quem pensa que apenas a habilidade técnica faz uma enfermeira? As enfermeiras precisam de ser, acima de tudo, selecionadas mediante provas psicológicas, para que se verifique se têm vocação, se têm alma de enfermeira. E eu posso dizer que uma série de pessoas desajustadas, desequilibradas, doentes, que precisam de ser tratadas, sublimam a sua doença, querendo ser enfermeiras. Vão cuidar dos outros para que ninguém pense que precisam de ser

cuidadas. Em geral, são pessoas inteligentes, e conheço, até, algumas dirigindo Escolas de Enfermagem! Entretanto, embora involuntariamente, estão complicando o problema, porque, se uma enfermeira tôla é um obstáculo, uma desajustada é um perigo.

Dirão: por que só se refere às enfermeiras e não fala dos médicos? Falo dos médicos também, e vou dizer da necessidade que têm, às vêzes, os psicologistas de se infiltrarem na Faculdade de Medicina. Quantas vêzes vemos médicos que assassinam e que roubam? Como é possível que uma pessoa de nível universitário tenha podido se infiltrar na Faculdade de Medicina com defeitos psicológicos grandes, com defeitos morais dessa espécie? Um indivíduo em cujas mãos vai-se pôr a vida e a honra das famílias! Evidentemente, os técnicos de psicologia, num Departamento de Saúde, terão essa, entre as outras missões: centralizar a filtragem de pessoas, nessa missão que é a da medicina. Por que uma pequena escola normal examina e impõe às mestras uma série de provas e uma Faculdade de Medicina, que vai formar pessoas de responsabilidade, deixa entrar qualquer indivíduo, contanto que supere as provas de conhecimento? A missão médica é tão augusta como a do sacerdote. As ordens religiosas deixam entrar qualquer? Não! O candidato à missão sacerdotal tem que ficar um tempo determinado de meses ou anos, durante os quais êle é submetido a provas e submetido a uma observação direta, para que se avaliem as suas qualidades psicológicas. As ordens religiosas têm-se antecipado em séculos, e

por isso, têm essa força, porque têm sabido muito bem filtrar seu pessoal. Então, devemos, no patrimônio da saúde, na seção sanitária de um Governo, ter técnicos de psicologia, aprimorados, que não somente sirvam para obter a colaboração da população nas campanhas sanitárias, mas também para aperfeiçoar o pessoal e organizar os serviços. Posso, talvez, me vangloriar de que, como conseqüência de intervenção da psicologia na organização hospitalar da província de Santa Fé, na Argentina, se diminuiu a mortalidade dos hospitais. Os hospitais daquela província, faz trinta anos, eram como os da maioria das províncias do país, muito semelhantes a casernas, muito semelhantes a lugares nos quais a gente ia morrer. Silêncio, escuridão... ante-sala do cemitério. Se um cidadão tirava um baralho para jogar cartas com os outros doentes, era expulso. Não tinha direito a se distrair. Diziam-lhe: "Você veio aqui sofrer, não vai distrair-se". Se um cidadão pedia que viesse um amigo para vê-lo na única hora em que podia ser recebido, respondiam-lhe: "Não pode. Cumpra o Regimento". Havia um critério clássico, rígido, brutal! Parecia que o doente era um delinqüente, que tinha cometido o pecado de estar doente. Por um lado, recebia tratamento médico, injeções, mas sua pessoa desaparecia. Era o doente n.º 23. Perdia o nome. Hoje, graças a introdução da psicologia nos hospitais, os hospitais de Santa Fé começaram a ser pintados de outra forma. Pinturas alegres, flores, côres claras. Permitiu-se que viessem rádios para ser ouvidos com auriculares. Facilitou-se, in-

clusive, telefones nas camas dos doentes, para poderem falar com seus pais, parentes. O dinheiro que gastou o Ministério de Saúde de Santa Fé foi relativamente pouco. Os benefícios foram imensos, porque, com grande surpresa, viu-se que, quando se tratava a pessoa, tanto como se tratava o corpo, a doença diminuía; com a criação de alegria e de otimismo, em qualquer doente, a doença desaparecia rapidamente. Um doente sozinho, abandonado, com saudade do seu lar, da sua pátria, naturalmente precisava de um tratamento sob um critério menos rígido. Com a introdução de um critério psicológico no Departamento de Saúde, hoje, o Governo de Santa Fé tem a melhor organização sanitária do país.

E, que falar da *Educação*? Todo mundo compreende que não se pode fazer educação sem assistência psicológica. É pelas Secretarias de Educação, pelos portões de entrada das Secretarias de Educação, que o exército de psicólogos tem entrado, em qualquer país. No Brasil, a autoridade máxima, o Professor Lourenço Filho, tem feito uma obra de gigante nesse sentido. Ainda agora estamos vendo os resultados beneméritos da sua campanha de educação de adultos, feita com critério psicológico. Ainda se deve a êle a fundação do INEP, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que não é nada mais do que um corpo de técnicos em Educação que vão estudar, acima de tudo, Psicologia Aplicada, que vão estudar a filosofia dos valores, os ideais dos jovens, etc. Necessitamos, constantemente, de um exército de pesquisadores, porque não é fácil ditar os obje-

tivos da Educação num país e num Estado. Eles não são os mesmos num Estado industrial ou num Estado agrícola, num Estado marítimo ou num Estado do interior. Estamos vendo o esforço de uma grande psicologista, Helena Antipoff, na Secretaria de Educação do Estado de Minas, para esboçar as bases da educação rural, coisa que até agora não tínhamos. A Mestre primária que ia ensinar numa cidade como o Rio de Janeiro, recebia os mesmos ensinamentos daquela que ia ensinar no interior num pé de serra, etc. Ora, os objetivos da vida de um lugarejo oculto entre as selvas, não podem ser os mesmos de uma grande cidade! Portanto, a Secretaria de Educação, para formar cidadãos adaptados, eficientes para o país, tem que se apoiar em técnicos de Psicologia.

Mas, e as outras Secretarias? E os outros Ministérios? Temos, por exemplo, os Ministérios encarregados de regular a produção. Chamem-se-lhes *do Trabalho, da Economia, do Comércio, da Indústria*, chamem-se como se chamarem, são os órgãos do Estado que vão tratar de intensificar a produção nacional, de regularizar o crédito, de estabelecer boas relações, dentro do campo do trabalho, entre produtores e assalariados. Aí também não se discute a necessidade da existência de corpos consultivos. Basta dizer que, na clássica França, há mais de 300 psicólogos especializados em Psicologia do Trabalho. Entre nós, devo dizer que o Governo Federal está mantendo um Curso, dentro do Ministério do Trabalho, em relação com as aplicações psico-técnicas. Temos um Serviço reduzido, porém bem ins-

talado de seleção e orientação profissional e se espera que aumente de maneira a atender às necessidades do Ministério.

Quanto aos Governos Estaduais, o de S. Paulo, há 4 meses instalou um Serviço de informação ocupacional e seleção de trabalhadores, dirigido por técnicos em Psicologia e adstrita à Secretaria do Trabalho. A função do técnico psicologista, na Secretaria ou no Ministério do Trabalho é, pois, muito importante. A análise do mercado do trabalho é tarefa da Psicologia. É preciso saber-se qual o número de profissões que existe no país, e dentro do próprio Estado. Desconfio que não há, hoje, no Brasil, e em nenhum dos seus Estados, uma análise fisiográfica das diversas ocupações e desconfio porque, no próprio DASP está-se ainda a fazer. A primeira coisa que devemos fazer é o catálogo das tarefas, quer dizer, estudar as diversas tarefas incumbidas aos funcionários do Estado para derivar as aptidões que precisam, as provas de seleção necessárias. Sem um estudo prévio, corremos o risco de exigir de mais ou menos; de não olhar para as qualidades necessárias — e sem que isso represente uma crítica — existem certas aptidões para certas tarefas que, se não são bem olhadas, se convertem em empecilhos. Tal aconteceu depois dum concurso para o preenchimento de vagas nas Tesourarias dos Estados, nos quais moços desfalcaram em vários milhares as arcas do Tesouro. Naturalmente, isso aconteceu porque êsses moços demonstraram que sabiam contabilidade, mas não tinham demonstrado que essa sabedoria, a ser posta em benefício do Esta-

do, ou do seu próprio. Esse ponto fundamental poderia ser resolvido se, na lista de quesitos, houvesse figurado, com "H" maiúsculo, honestidade. Se houvesse figurado isso, eles teriam feito prova disso. É a prova evidente de que o exame profissiográfico é imprescindível. E, quem vai fazer esse exame? O técnico em Psicologia. Portanto, é lógico que, nesse aspecto, sejam os Departamentos providos de técnicos e por isso, no DASP, se têm concentrado os melhores técnicos de Psicologia. Os Senhores ainda devem estar lembrados da obra do Dr. Arlindo Ramos sobre "Psicologia do Trabalho". Ele trabalha há 10 anos, e não poderia ter feito essa obra senão assistido por um grupo de psicólogos, inclusive o saudoso Murilo Braga e o Professor Jacir Maia. Na Secretaria do Trabalho, é pois imprescindível o concurso da psicologia.

E na Secretaria de Viação e Obras Públicas? Dir-se-á: aí, o psicólogo não tem nada que fazer. Que tem o psicólogo com cimento e ferro? Pois lá ele tem muito que fazer. Ouçam, por conseguinte. Qual a missão da Secretaria de Viação e Obras Públicas? Assegurar o melhor funcionamento do aparelho circulatório do organismo nacional. É preciso que a riqueza circule, que os bens materiais circulem no país. Um dos grandes males do Brasil é que o seu progresso não tem sido seguido da expansão de uma rede de comunicações fluviais ou terrestres suficiente, e se é verdade que o Brasil se orgulha de ter uma aviação extraordinária, é insuficiente para o transporte da carga. Por isso, a política do Governo Federal, hoje, propicia, ao

máximo, o estabelecimento de rodovias, portos, etc. Pois bem: aí, intervém a psicologia. Intervém, porque, de acôrdo com as particularidades, as tradições, as atitudes e necessidades biológicas de uma população, deve se prognosticar qual a intensidade do tráfego, não agora, mas daqui a vinte ou trinta anos, para não ter que se estar constantemente modificando seus estudos. Todo mundo sabe que, à medida que aumentam as estradas, aumentam os veículos, aumentam os desastres e as perdas. Talvez os Senhores não saibam: nos Estados Unidos se tem morto desde 1945 mais gente por acidente de tráfego do que todos os americanos que morreram nas duas guerras passadas. Chega a assustar o número de mortos de 45 até hoje, por acidentes de tráfego. Num só dia, no *Independence Day*, é habitual que morram seiscentas pessoas nas estradas. Por que? Porque não tem sido ainda bem aplicada lá a psicologia no tráfego. Entretanto, em Paris, onde a colaboração dos psicotécnicos com a Diretoria do Trânsito, já se estabeleceu, faz anos, o número de acidentes tem diminuído sensivelmente.

Que acontece no Brasil e em toda parte na América do Sul? Quando um indivíduo vai conduzindo um automóvel e outro pede passagem, ele olha para trás, e se o carro é menor do que o dele, considera uma vergonha deixar passar! Se o outro passar, aquele homem sente uma frustração, como se tivesse perdido a honra da família.

Ora, se ouvesse técnicos de Psicologia nos Departamentos de Viação Pública, estes procurariam agir, desde as Escolas Primárias,

para que o indivíduo pensasse da seguinte maneira: Este cidadão que me vem pedindo passagem, vem com mais rapidez, com mais pressa do que eu, senão não me teria pegado, portanto deixe que êle passe. Mas, vamos imaginar que não foi isso, que êle viu o nosso carro e então resolveu passar-nos. Nesse caso, das duas uma: ou é um insensato, e para que brigar com êle? Ou, então, é um doente, e ainda maior razão para não brigarmos. Entretanto, o mais provável é que êle tenha mais pressa do que nós, então vamos ajudá-lo, vamos ter a satisfação de lhe fazer um favor, deixando-o passar. Mas mudar a atitude do sujeito, no automóvel, requer um trabalho psicológico constante. Estou nessa tarefa, há mais de um ano, no Rio de Janeiro, procurando modificar a atitude dos motorneiros, condutores de ônibus, etc. Pois bem, estou com medo deles. Se um motorista de lotação me vir, na rua, a pé, estou perdido!

Por conseguinte, não é coisa fácil. É mesmo difficilima a tarefa de modificar os hábitos e conseguir um tráfego regular. Imaginem que, em Estocolmo, há uma série de ruas nas quais os sinais de trânsito são acionados pelos pedestres. O pedestre aperta o botão, vem a luz vermelha, o carro pára. Êle atravessa e, do outro lado, desfaz o sinal vermelho. Isso seria impossível, no Rio de Janeiro. Em primeiro lugar, o pedestre poria o sinal vermelho e não voltaria para desfazê-lo, em segundo lugar, o motorista não tomaria conhecimento do sinal acionado por um pedestre!

Pois bem, tudo isso que parece não ter importância, representa

centenas e milhares de vidas por ano. Quantas crianças são vítimas de trânsito? Morre uma criança, anônima, ninguém dá importância, no entanto, quem sabe o potencial espiritual que se está perdendo ali? Portanto, tudo que se fizer para entrar a psicologia nesses Departamentos, onde se manipula com o cimento e o ferro, será bem retribuído com vidas e proveitos. É preciso adquirir técnicos de psicologia também para os Departamentos de Viação e Obras Públicas, como estão fazendo diversos países.

Que ficou ainda por dizer? Todas as funções de defesa, segurança, polícia, exército... aí, nem se discute. Hoje, sabemos que, com a guerra psicológica, os Ministérios de Defesa de qualquer país precisam tanto de comandantes como de técnicos em psicologia. O Exército Norte-Americano mantém 3.000 psicólogos. O Exército dos Estados Unidos está mobilizado para organizar psicologicamente a moral e a defesa das suas forças. A moral deve ser ministrada com critério psicológico. A moral é uma crença, uma atitude, é um fenômeno psicológico. Por isso, no Brasil, as Forças Armadas estão, cada dia, mais interessadas na criação de técnicos de psicologia militar. Nos Governos Estaduais, deve-se fazer a mesma coisa, porque a polícia é uma variante do mecanismo de segurança, dentro da fronteira. Sôbre isto, basta dizer que a bibliografia sôbre a aplicação da psicologia, dos procedimentos de defesa nacional, ultrapassa a cifra de dois mil trabalhos e há três revistas organizadas que só se ocupam disto. Muitas obras do Governo perdem sua eficácia pelo fato de

que não são suficientemente conhecidas. Disse que os cidadãos desconhecem as leis, mas também desconhecem as Instituições e os Serviços que o Governo cria. Vemos, no ISOP, apresentarem-se pessoas perguntando-nos onde podem ir para obter tal ou qual coisa, e ficam com a boca aberta quando lhe dizemos que existe uma Instituição Oficial que está cuidando daquele negócio. Eles dizem: "Eu não sabia que isso existia". É claro! Como é que a população vai saber se o Governo organiza as Instituições e não as anuncia? Quando o cidadão quer ir ao cinema, êle procura ver os anúncios. Mas, quando êle tem uma doença ou um desajustamento qualquer, ninguém tem a lista dos hospitais, nem dos consultórios, nem das instituições onde pode ser melhor atendido. Portanto, o Governo precisa de um Departamento de Informações, que não seja um Departamento de deformações, quer dizer, um Departamento que não vá fazer propaganda para torcer os fatos, mas um Departamento que dê idéias, realmente, da obra do Governo, porque a melhor propaganda é a verdade, quando, realmente, se tem uma verdade para dizer. Esse Departamento vai contribuir também para a política exterior, do Estado. Ora, nos Ministérios de Relações Exteriores existem serviços, que preparam o pessoal que serve para captar as informações e segredos dos diversos países, assim, fornecendo dados das flutuações de relações internacionais. Pois bem, no Brasil,

a Escola do Rio Branco, a Escola do Itamarati, onde se formam os diplomatas, já faz mais de quatro anos, não tendo técnicos em psicologia, tem-se dirigido à Fundação Getúlio Vargas e ao ISOP para que neste se faça a seleção dos diplomatas do Brasil, e além disso um dos técnicos do ISOP está colaborando ativamente na reestruturação dos métodos de preparo e treinamento dêsse pessoal.

Ainda poderíamos falar da necessária intervenção dos psicólogos para o planejamento dos impostos e a fiscalização das Rendas, mas isso alongaria demais esta palestra.

Finalmente, os psicólogos devem também se concentrar no DASP, que é o Estado Maior da Administração do Estado. Tem-se, muitas vezes, criticado o DASP; tem-se dito que representa um empecilho, mas quem assim diz ignora o que são as suas funções. Um Estado que não tenha uma organização semelhante, qualquer que seja o nome, poderá estar mais ou menos estruturado, mas nunca se achará integrado.

Bem, meus Senhores, consumi o tempo de que dispunha para falar-lhes e talvez tenha sido irregular na minha exposição. Peço-lhes desculpas. É que, de fato, a minha tarefa era ambiciosa demais. Isso é matéria de um Curso e mesmo nas 36 aulas em que o ministrei não tive tempo de desenvolver o assunto como deveria.

Apresento, pois, minhas desculpas, desejando que as aceitem.